

JUNTADA DE PROPOSTA E DOCUMENTOS DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA AUDITORIA, APURAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE ISSQN NÃO LANÇADOS OU NÃO ARRECADADOS, VISANDO À AMPLIAÇÃO DA BASE DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL.

Junto aos autos do processo a proposta comercial, juntamente com os documentos de notória especialização apresentados pela empresa.

Capanema-PA, 01 de Setembro de 2025



ALEXANDRE KLAUTAU LEITE
CHEFE DE GABINETE DA PREFEITURA DE CAPANEMA
DECRETO Nº 007/2025



INSTITUTO PRIME ADMINISTRAÇÃO DE BELO HORIZONTE LTDA

Belo Horizonte, segunda-feira, 1 de setembro de 2025

Referência: **SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E OBTENÇÃO ADMINISTRATIVA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PARA O MUNICÍPIO E AMPLIAÇÃO DE SUA BASE ARRECADATÓRIA**

Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a) Constitucional, **CLAUDIONOR MOREIRA DA COSTA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PA

I. RESUMO EXECUTIVO DA PROPOSTA

Proposta com perspectiva real para o Município, obter, **nos próximos 12 meses**, receitas adicionais dos respectivos tributos abaixo na ordem de até: **R\$ 11.000.000,00 onze milhões reais**

R\$ 11.000.000,00

onze milhões reais

I.1. ISSQN Relativo a Fatos Geradores não conhecidos pelo Município, ocorridos nos últimos 60 meses;

O objetivo desta proposta apresentada pelo Instituto Prime é (i) prestar a totalidade dos serviços necessários para que esse Município identifique a possibilidade de recuperar os valores e (ii) conduzir todos os procedimentos necessários para realizar o recebimento.

II. DOS PRODUTOS QUE OFERECEMOS A ESSE MUNICÍPIO

Ao Examinar as peculiaridades desse Município, propõe-se a prestação dos seguintes serviços:

II.1 AMPLIAÇÃO DA BASE DE ARRECAÇÃO DO ISSQN RELATIVA AOS ÚLTIMOS 60 MESES:

Oferecemos a esse Município a instalação e o acesso à Plataforma Informatizada RAISSIA (Rastreamento para Arrecadação de ISSQN por Inteligência Artificial), destinado a expandir a base de arrecadação do Impostos Sobre Serviços devido por prestadores e tomadores de serviços, cujos valores não vêm sendo lançados nem cobrados pelo Município e, conseqüentemente, não vêm sendo arrecadados. O produto final de nossos serviços é (i) apurar e produzir os dados necessários à constituição de créditos tributários do imposto sobre serviços de qualquer natureza não conhecidos do município, e (ii) ofertar ao município todos os dados e informações necessários à execução da cobrança administrativa e, eventualmente, judicial.

Nossos trabalhos de pesquisa e investigação envolvem, entre outros contribuintes: (i) empresas sediadas fora do Município e que prestaram serviços a particulares localizados na área desse Município; (ii) empresas sediadas nesse Município e que pagaram menos do que lhe era devido; (iii) Agências Bancárias, inclusive digitais; (iv) Cartórios Extrajudiciais; (v) Concessionárias instalados na área desse Município, incluindo as empresas transmissoras de cabos de energia elétrica de alta tensão e as proprietárias de torres de aporte de ERBs.

Os serviços destinam-se a elevar a arrecadação de ISSQN do Município e envolvem a instalação da Plataforma Informatizada RAISSIA (Rastreamento para Arrecadação de ISSQN por Inteligência Artificial), para a realização de levantamentos e elaboração de documentos comprobatórios necessários à constituição de lançamentos tributários relativamente: (i) a contribuintes não conhecidos pela área de arrecadação e fiscalização tributária do Município e (ii) a fatos geradores não informados ao Fisco Municipal por pessoas físicas ou jurídicas que já sejam contribuintes regulares.

Tais serviços se concluem, para cada crédito apurado, com (i) a entrega ao município dos dados para a constituição do respectivo lançamento tributário; (ii) a elaboração da respectiva guia de recolhimento tributário, com código de barras, para que o contribuinte efetue o pagamento e o valor seja depositado diretamente na conta única do Município, não estando essa arrecadação vinculada a qualquer despesa ou função específica,

exceto os 15% se destinam à saúde e 25% à manutenção e desenvolvimento do ensino.

CONDIÇÕES DE EFETIVIDADE FINANCEIRA DO SERVIÇO: que o Município não tenha implementado os módulos de arrecadação especial que desenvolvemos por meio da Plataforma RAISSIA (Rastreamento para Arrecadação de ISSQN por Inteligência Artificial).

FORMA DE OBTENÇÃO DO VALOR: pagamento pelos contribuintes.

III. DOS SERVIÇOS QUE NOS PROPOMOS A REALIZAR PARA AMPLIAR A ARRECADAÇÃO DO ISSQN

Em termos operacionais, a presente proposta envolve:

- A) A realização de todas as auditorias, apurações e perícias necessárias;
- B) A elaboração de requerimentos a serem encaminhados pelo Município aos órgãos e entidades para alimentação da Plataforma RAISSIA;
- C) A realização de estudo e levantamento de todos os grandes contribuintes inadimplentes ou desconhecidos do Município, nos últimos cinco anos;
- D) A elaboração das apurações e dos cálculos necessários;
- E) a análise e tratamento das informações e dados encaminhados à empresa, por meio da Plataforma RAISSIA;
- F) Elaboração de entrega ao município dos dados necessários e suficientes para a constituição dos devidos lançamentos tributários;
- G) A elaboração das notificações fiscais de lançamento de débitos tributários a serem encaminhadas pelo Município aos contribuintes;
- H) o acompanhamento dos pagamentos realizados pelos tomadores e prestadores de serviços;
- I) o auxílio aos órgãos fazendários e jurídicos do Município, para emissão de certidão de dívida ativa, quando necessário;
- J) Sendo necessário, a elaboração das peças textuais e periciais destinadas ao ajuizamento de eventuais processos de execução fiscal;
- K) Arealização de estudo técnico e análise da legislação tributária vigente no Município, para adequação às Jurisprudências dos Tribunais Superiores;
- L) a proposição de eventuais mudanças legislativas necessárias ao aumento de receitas;
- M) A indicação ao serviço de fiscalização tributária municipal de situações que exijam acompanhamento;
- N) A produção de suporte técnico e documental às auditorias fiscais a serem realizadas; e
- O) A elaboração de relatórios técnicos com as informações relativas ao ISSQN sonegado pelos contribuintes, assim como, o valor a ser recuperado pelo Município, durante a realização dos trabalhos acima descritos.

Para a realização de nossos serviços, necessitaremos da prestação de documentos e informações por parte do contratante, o que deve ser promovido na forma do anexo I, DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS E DAS RESPONSABILIDADES.

V. DA PROPOSTA E FORMA DE CONTRATAÇÃO

Na presente proposta, vimos expressar nosso interesse em realizar os serviços necessários à defesa dos direitos e dos interesses desse Município, a fim de que, por meio de levantamentos contábeis e propositura das devidas ações administrativas (e, eventualmente, judiciais), possa o Município obter sucesso na recuperação dos créditos acima expostos.

Nesse sentido, sugerimos que seja aberto processo: (i) licitatório ou (ii) de contratação por notória

especialização.

Com base no currículo anexo deste signatário, HIPÓLITO GADELHA REMÍGIO (Anexo II), demonstra-se que cumprimos os requisitos estabelecidos na Lei nº 14.039/2020 para a contratação direta por serviço especializado e singular, uma vez que se trata de matéria que exige elevada carga de saber contábil e jurídico na área de direito financeiro.

A singularidade de nosso serviço, quanto ao ISSQN, está caracterizada pelo fato que nosso produto envolve a instalação e o acesso à Plataforma Informatizada RAISSIA (Rastreamento para Arrecadação de ISSQN por Inteligência Artificial), destinada a expandir a base de arrecadação do Imposto Sobre Serviços devido por prestadores e tomadores de serviços, cujos valores não vêm sendo lançados nem cobrados pelo Município e, conseqüentemente, não vêm sendo arrecadados.

O sistema foi criado por nós mesmos, o que caracteriza, portanto, de um produto de total singularidade, o que atrai à contratação os efeitos do art. 74, I, da Lei nº 14.133, que permite a contratação por inexigibilidade nessas situações. Reza aquele dispositivo:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

VI. DA PROPOSTA DE HONORARIOS

Com vistas a atender às exigências das leis aplicáveis e do posicionamento do Tribunal de Contas, avaliamos previamente o potencial máximo a ser recuperado, nos seguintes valores, expressos em Reais, todos dependentes do implemento das **CONDIÇÕES DE EFETIVIDADE FINANCEIRA DOS SERVIÇOS** apresentadas no item II acima:

POTENCIAL DE RECUPERAÇÃO	MÁXIMA
AMPLIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE ISSQN	R\$ 11.000.000,00

TOTAL R\$ 11.000.000,00

HONORÁRIOS SOBRE O POTENCIAL MÁXIMO DE	20%	R\$ 2.200.000,00
dois milhões, duzentos mil reais		

Diante da apresentação dos valores acima, sugere-se, portanto, que o contrato tenha cláusula de valor máximo de honorários a serem pagos, conforme percentual aplicado na tabela, e que o pagamento considere dois fatores:

I) Ao teto de honorários fixado na tabela, caso a recuperação ultrapasse o valor total da recuperação:	R\$ 2.200.000,00
dois milhões, duzentos mil reais	
II) A porcentagem da tabela em cima do montante auferido pelo Município, caso o valor do incremento da arrecadação seja inferior aquele total máximo:	20%

Propomos, ainda, que o valor do teto, seja reajustado pela variação da taxa Selic desde o início do contrato, e que os honorários sejam pagos mensalmente em razão do valor efetivamente obtido pelo Município no mês anterior.

Convém frisar, ainda, que o contrato deve conter cláusulas de:

(I) Remuneração mesmo caso o Município celebre qualquer acordo ou transação com a União, seja na via judicial ou extrajudicial, desde que envolva os direitos discutidos nas ações administrativas e/ou judiciais que vierem a ser promovidas sobre as matérias aqui expostas; e

(II) Manutenção das obrigações mútuas para além do prazo legal do contrato previsto na Lei de Licitações, impondo-se, portanto, os dispositivos do Código Civil que estendem os efeitos dos contratos de serviços até o término das obrigações de ambas as partes, uma vez que os serviços podem estender-se para além do prazo de validade do contrato, dado que, em razão das peculiaridades dos trabalhos, sua conclusão depende de deliberação dos órgãos federais.

VII. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE

O IPABH – INSTITUTO PRIME ADMINISTRAÇÃO DE BELO HORIZONTE LTDA. foi fundado no ano de 2013 e tem como foco o desenvolvimento e execução de serviços de investigação, apuração e constituição de créditos tributários, com o amparo legal para realizar as cobranças e monetizar os créditos.

Motivados por nossa missão de aumentar a arrecadação de nossos clientes, ampliamos nosso portfólio de serviços prestados com êxito através da constante expansão de fatos geradores de créditos tributários.

Contamos com a vasta experiência adquirida ao longo dos anos de existência, o que contribuiu para consolidar uma equipe técnica multidisciplinar, com capacidade de análise e tomada de decisão assertiva, nos âmbitos administrativos e judiciais, assessorando municípios em todo território brasileiro, de diversos portes, trazendo soluções para investigação, apuração e constituição de créditos tributários de ISSQN, em quantias de significativo valor econômico para nossos clientes.

Somos uma empresa reconhecidamente com Notória Especialização (Qualidade atribuída pelo nível de excelência dos trabalhos realizados pelos sócios). Nosso histórico nos credencia para ofertarmos contratações por inexigibilidade de licitação, sempre respeitando os princípios da legalidade e da segurança da informação.

VIII. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE

A cada mês que se passa o Município tem perdido 1/60 dos valores que lhe são devidos. Isso ocorre por força da incidência da norma acerca da prescrição estatuída nos artigos 1º a 3º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932.

Assim, com vistas a suspender a prescrição dos débitos, sugerimos, nos termos do art. 4º de citado Decreto, a protocolização urgente do Requerimento constante do anexo IV à presente missiva, por meio da plataforma e-Cac do Governo Federal.

Para tanto, faz-se necessário identificar e preencher o devido espaço destinado à Delegacia da Receita Federal de cuja circunscrição esse Município faz parte.

Caso essa Secretaria assim prefira, pode nos prover de procuração eletrônica para tanto, conferida ao CPF do signatário, nº 264.291.954-49, para podermos desde já promover a protocolização do citado requerimento, sem qualquer custo ou compromisso por parte desse Município conosco.

IX. DA VALIDADE DA PRESENTE PROPOSTA

A presente proposta tem prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias, terça-feira, 30 de dezembro de 2025

Cordialmente,



HIPÓLITO GADELHA REMÍGIO

IPABH - Instituto Prime Administração de Belo Horizonte Ltda.

ISABEL MARIA DE NOVAES SOUZA

OAB/MG 177.256

IPABH - Instituto Prime Administração de Belo Horizonte Ltda.

ANEXO I - DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS E DAS RESPONSABILIDADES

1 - Comissão de Trabalho:

Tanto o Município quanto o Instituto Prime deverão indicar formalmente, por e-mail, o nome, telefones, endereço de e-mail, função e lotação dos profissionais que ficarão responsáveis pela interlocução entre as partes, relativa a cada um dos serviços elencados no item 2 da proposta.

2 - Responsabilidades dos Servidores do Município nomeados para a interlocução:

- Fornecer ao Instituto Prime os dados, as informações e os documentos solicitados, em tempo hábil à produção dos trabalhos;
- Dar, de imediato, o devido encaminhamento aos laudos, pareceres técnicos e requerimentos elaborados pelo Instituto Prime (i) para serem apresentados aos órgãos e entidades federais devidos, ou (ii) para serem inseridos nos sistemas informatizados dos órgãos e entidades destinatários; e
- Indicar formalmente, por e-mail, o nome, telefones, endereço de e-mail, função e lotação de outros profissionais que terão função específica no fornecimento de informações, documentos e bancos de dados requeridos pelo Instituto Prime.

3 - Responsabilidades dos Agentes do Instituto Prime nomeados para a interlocução:

O Instituto Prime deve indicar, ao Município, logo após a contratação, o nome, telefones e endereço de e-mail dos profissionais que estarão responsáveis por cada um dos serviços propostos, cabendo a esses agentes, relativamente ao serviço sobre sua responsabilidade:

- Elaborar e encaminhar ao Município os requerimentos detalhados de dados, de documentos e de informações ao Município, estritamente necessários à produção de seus serviços;
- Promover os devidos levantamentos, auditorias e perícias, a apuração dos possíveis créditos, que geraram os respectivos indébitos fiscais e não fiscais a serem recuperados;
- Produzir os Laudos, Pareceres Técnicos e Requerimentos necessários ao deferimento, por parte dos órgãos e entidades federais, de modo a viabilizar a recuperação dos créditos identificados;
- Instruir os requerimentos com toda a documentação exigida por lei ou por normas infralegais; e
- Atender aos pedidos de esclarecimento efetuados pelo Município, acerca do serviço a seu encargo.